



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1313

HEGEMONIA E PODER POLÍTICO NO BRASIL: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Cássius Marcelus Tales Marcusso Bernardes de Brito
Universidade estadual de Maringá

Resumo: O fim da ditadura militar iniciada em 1964 e as perspectivas de abertura democrática recolocaram, sob o contexto de uma crise político-social, a problemática da construção de uma outra articulação para o processo de dominação no Brasil. Este trabalho tem o objetivo de discutir como as possibilidades de saída para a crise da ditadura podem ser compreendidas a partir do debate em torno da construção da hegemonia e de como a experiência do Partido dos Trabalhadores se insere neste processo. Para isso, recorreremos a uma revisão bibliográfica que integre a discussão teórica geral e as circunstâncias históricas particulares do período brasileiro recente. A conjuntura de crise provocou uma profunda instabilidade na reprodução do poder burguês, dando duas opções à ordem vigente: recrudescimento de uma “ditadura sem hegemonia” ou a “construção da hegemonia”. Para a viabilização desta, não poderia ser a própria classe dominante a executora direta da sua dominação na direção do Estado. A direção deste projeto deve ficar a cargo dos representantes dos subalternos, mas é necessário que eles passem por um processo de transformismo, de moderação política, pois os pilares fundamentais da ordem burguesa precisam ser mantidos. Este tipo de hegemonia é produzido a partir do momento em que a modernização burguesa é dirigida por representantes dos subalternos, que administram as concessões nos limites que não contradigam o projeto maior de viabilização do desenvolvimento capitalista. O papel do Partido dos Trabalhadores neste contexto ganha relevância para compreensão da organização do Estado e do poder político no Brasil.

Palavras-chave: crise política, hegemonia, partido dos trabalhadores, Estado, poder político

Introdução

A compreensão das dinâmicas de organização do Estado e do poder político está diretamente relacionada ao entendimento de processos construção da hegemonia enquanto momentos de conformação de projetos de unidade entre forças sociais e políticas concorrentes. As resultantes políticas destes processos acabam por se estruturar em padrões de dominação e direção sociais que marcam determinados períodos históricos e que são constituídos pela combinação variante

entre os aspectos de força e consenso. A relação entre estas combinações variantes e a dinâmica de acumulação de capital condicionam os momentos de estabilidade relativa, instabilidade e crise do período de vigência de uma determinada forma hegemônica.

Estudar como este fenômeno se apresenta no período recente da história brasileira sob a direção do Partido dos Trabalhadores exige que voltemos nosso olhar para como o próprio partido surge como síntese política de um processo de crise de hegemonia representada pelo fim da ditadura civil-militar iniciada em 1964 e a chamada abertura democrática e suas posteriores transformações.

Entendemos por hegemonia

“a supremacia de um grupo social [que] se manifesta de dois modos, como dominação e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários, que tende a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e é dirigente dos grupos afins e aliados. Um grupo social pode, e mesmo deve, ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental. É essa uma das condições principais para a própria conquista do poder. Depois, quando exerce o poder, e mesmo quando o mantém fortemente sob controle, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente” (GRUPPI, 1978, pp. 78-79).

A combinação entre dominação e direção sociais se dá na relação entre classes e entre frações de classes e seus interesses, pretendendo realizar uma unidade entre estas forças políticas sob a forma de um “bloco histórico”¹, que tende a conservar esta unidade mediante a reprodução de uma mesma concepção de mundo, que sintetiza os níveis econômicos, políticos e ideológicos da sociedade.

O conceito de crise de hegemonia caracteriza uma situação de ruptura dos processos de identificação entre os interesses de classes e frações de classe e suas representações políticas no interior do Estado. Quando esta representação é colocada em cheque significa que há uma crise de hegemonia, pois o que está em situação de instabilidade grave são seus dois fundamentos: a capacidade de seguir dominando e a capacidade de seguir dirigindo em nome de determinada classe ou fração. Instala-se aí, como diz Gramsci (2000, p. 60), uma “crise de autoridade”:

que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequeno-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam

¹ “A reciprocidade e a organicidade entre o estrutural e o super-estrutural, o vínculo concreto entre ‘as forças materiais e as ideologias’, entre o ‘econômico-social e o ‘ético-político em cada momento histórico” (SCHELESENER, 2007, p. 27).

reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade': e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”.

O Partido dos Trabalhadores (PT) tem sido o principal operador político da construção, nas últimas três décadas, de um projeto de hegemonia que, em suas origens, procurava superar a “crise de autoridade” do poder burguês do fim da ditadura militar de 1964 a partir de uma concepção democratizante das estruturas do Estado e de fortalecimento das organizações políticas de cunho popular que se desenvolviam no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Esta concepção estratégica ficou conhecida como “democrático-popular” e se opunha às vertentes institucionalistas representadas tanto pelos representantes da ditadura como pelos seus opositores no MDB, por exemplo, a “aliança gradualista” liderada por Fernando Henrique Cardoso (PERRUSO, 2009, p. 52). O PT foi, portanto, o resultado de um processo de rearticulação de uma ampla diversidade de organizações políticas populares e de classe, que tinham como objetivo a construção de um projeto de poder para o Brasil, em sua origem, alternativo ao “monolitismo burguês” de que falava Florestan Fernandes².

Grosso modo, poder-se-ia afirmar que esta estratégia está fundada em dois pilares essenciais: 1) a construção de um longo processo de acúmulo de forças através de amplos movimentos de massas que pressionassem a estrutura social “de baixo para cima” por bandeiras de radicalização democrática, por reformas que ampliassem os direitos políticos e sociais da grande maioria da população; e 2) uma frente eleitoral-institucional que fosse capaz de viabilizar a ocupação de posições no interior do Estado, de modo que, a partir da representação parlamentar e da direção de instâncias do Executivo, a pressão extra-institucional se materializasse na condução das políticas de governo. Neste sentido, compreender o modo como este processo se desenvolveu é entender como se estruturou o Estado nacional sob a direção do PT e, na base disso, lançar luz sobre a forma específica pela qual se

² “O polo hegemônico da dominação burguesa é ocupado por grandes interesses capitalistas estrangeiros e nacionais, articulados entre si pela mais férrea vontade de garantir os ‘lucros crescentes’ através da mais completa ‘estabilidade política’. Em consequência, os polos intermediários e os polos fracos da dominação burguesa ficam imantados à ‘liberdade de competir’, sofrendo uma atração magnética pela mesma causa, pela qual se convertem nos campeões da estabilização política do sistema capitalista de poder. Desse ângulo, por trás da *abertura democrática* existe – acima da ditadura e dos seus percalços – um autêntico ‘monolitismo burguês’ dirigido. Esse monolitismo legitima, gradua e instrumentaliza a *abertura democrática*, que assume, assim, o caráter de uma oportunidade que o SISTEMA se dá a si próprio, sem perder a natureza de saída que a burguesia pode procurar à crise do poder burguês no refluxo da contrarrevolução e na queda de seu regime ditatorial” (FERNANDES, 2011, p. 43).

deu a construção da hegemonia burguesa no país no quadro mais recente de nossa história.

Objetivos

O percurso histórico da estratégia democrático-popular – que tem no PT o seu operador político – precisa ser compreendido com maior profundidade. De um lado, é preciso pesquisar como uma determinada leitura das relações entre o imperialismo e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas orientou a interpretação de que o primeiro teria como função o impedimento do desenvolvimento das segundas nos países periféricos. De outro lado, vale destacar a importância de como a concepção da forma do Estado brasileiro como autocracia burguesa impactou imediatamente na compreensão de que tanto ele como a sociedade civil (*bürgerlich gesellschaft*) a ele correspondente seriam impermeáveis à democracia, e a ampliação desta seria, então, a tática política que levaria o poder burguês a uma contradição insolúvel nos marcos de sua própria ordem.

O objetivo do presente trabalho é apresentar introdutoriamente aspectos de como, a partir dos enfrentamentos colocados pelos problemas estruturais de uma sociedade capitalista dependente como a brasileira, o Partido dos Trabalhadores constituiu-se como direção política de um determinado consenso em torno da solução de uma crise de hegemonia.

Resultados

Para a tradição crítica do pensamento social brasileiro, a discussão sobre a direção política do Estado nacional nos países latino-americanos sempre esteve às voltas com uma questão fundamental: a relação de dependência que eles estabelecem com os países capitalistas centrais. Nascidos como resultado da expansão mercantilista europeia nos séculos XV e XVI, o processo de desenvolvimento dos países latino-americanos é caracterizado por relações de dependência de diversos matizes. Da dominação colonial à dominação imperialista, passando por suas fases intermediárias, as características de dependência na economia, na sociedade, na política e na cultura dos países latino-americanos impõe a seus processos de desenvolvimento uma forte marca heteronômica.

As diferentes formas de dominação externa têm em comum três aspectos principais: a) concentração de riqueza, poder e prestígio nos estratos sociais mais próximos dos núcleos de dominação externa; b) a coexistência do “atraso” com o “moderno” em relações de funcionalidade (e não dicotômicas), na medida em que eles financiam tanto a dominação externa quanto a concentração interna de riqueza, poder e prestígio social; c) exclusão de amplas massas da população da participação dos resultados da modernização econômica, política e cultural (FERNANDES, 1973, p. 20).

É a estas estruturas de poder da sociedade brasileira, desenvolvidas *pari passu* aos limites impostos pela dominação externa que Florestan Fernandes denomina “autocracia burguesa”. Neste processo, a aristocracia rural, a burguesia nativa surgida no curso do longo processo de industrialização e aquela sua parcela mais aliada ao imperialismo, além de outros setores das classes médias acabaram por se unir de maneira mais orgânica na dominação social e no controle do Estado. O caráter autocrático desta dominação decorreria do fato de que ela se constituiria em grupos sociais numericamente muito pequenos, cuja urdidura social se daria pelo entrelaçamento de interesses comuns e pelo “medo” contra o que o autor chama de os “de baixo”³.

Na perspectiva de Florestan, o processo de consolidação da autocracia burguesa seria o processo mesmo de realização da revolução burguesa no Brasil. Ela passa por diversas fases e saltos qualitativos a partir da crise do Império, da construção da República e seus desenvolvimentos no século XX, mas é com o golpe civil-militar de 1964 que ganha seu ponto de *não retorno* definitivo⁴. Segundo o autor,

“o processo culminou na conquista de uma nova posição de força e de barganha, que garantiu, de um golpe, a continuidade do *status quo ante* e condições materiais ou políticas para encetar a penosa fase de modernização tecnológica, de aceleração do desenvolvimento econômico e de aprofundamento da acumulação capitalista que se inaugurava. A burguesia ganhava, assim, as condições mais vantajosas possíveis (em vista da situação interna): 1) para estabelecer uma associação mais íntima

³ O conteúdo desta conceituação de Florestan é muito próximo daquilo que Gramsci chama de “subalternos”. Transcendendo os limites tradicionalmente reconhecidos como da classe operária, os “subalternos” abrigariam os camponeses, artesãos, comerciantes e intelectuais tradicionais, na medida em que todos sofrem a exploração/opressão da hegemonia burguesa. Contudo, além de ser a coluna vertebral dos subalternos, a classe operária seria ainda aquela capaz de oferecer autênticos intelectuais orgânicos (DEL ROIO, 2007, p. 72).

⁴ É por levar em conta a conjunção estrutural entre as pressões do imperialismo e a cautela temerosa em relação às reivindicações dos “de baixo”, que o autor chama a golpe civil-militar de 1964 de “contra-revolução preventiva” (FLORESTAN, 1976, p. 360).

com o capitalismo financeiro internacional; 2) para reprimir, pela violência ou pela intimidação, qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem (mesmo como uma 'revolução democrático-burguesa'); 3) para transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês, tanto no plano econômico como nos planos social e político" (FERNANDES, 1976, p. 217).

O que caracterizaria este processo é que o caminho para o progresso social ocorreria sempre em um quadro de conciliação com o "atraso", tendo o Estado como mediação necessária na condução da revolução burguesa, dispensando cautelosamente a ampla participação popular. O que diferenciaria o caso brasileiro dos casos de revolução burguesa não-típica (como os casos alemão e italiano, por exemplo) seria seu condicionamento às determinações históricas de um passado colonial e a inserção subordinada do capitalismo brasileiro na ordem imperialista internacional, sem buscar o desenvolvimento de qualquer autonomia econômica, visto que a elite dominante acomodaria-se satisfatoriamente à posição dependente que coube ao país na hierarquia capitalista internacional.

Mesmo atribuindo um caráter estruturalmente autocrático ao Estado burguês brasileiro consolidado ao longo da ditadura civil-militar, Florestan concebe que a organização do poder social na forma de uma autocracia burguesa deve ser necessariamente transitória, pois não conseguiria eternizar as condições de legitimação da ordem oferecendo poucas condições materiais e políticas de melhoria da qualidade de vida à maioria da população. Assim, diz o autor:

"os recursos de opressão e de repressão de que dispõe a dominação burguesa no Brasil, mesmo nas condições especialíssimas seguidas ao seu enrijecimento político e à militarização do Estado, não são suficientes para 'eternizar' algo que é, por sua essência (em termos de estratégia da própria burguesia nacional e internacional) intrinsecamente transitório" (*Idem, ibidem*, p. 321).

Escrevendo estas linhas no momento em que a ditadura civil-militar dava sérios sinais de esgotamento, Florestan pensa em duas tendências possíveis para o desenvolvimento da ordem burguesa no Brasil. Um primeiro cenário seria o de uma auto-reforma da autocracia, que incorporaria, ainda que de forma muito atenuada e lenta, algumas demandas daquelas parcelas da população preteridas no restrito círculo de legitimação da ordem. Chama, então, esta possibilidade de "democracia de cooptação". Um segundo cenário seria o de reafirmação do caráter autocrático da estrutura de poder burguês no Brasil, o que levaria a um fortalecimento da autocracia e ao decorrente aprofundamento das estruturas de coerção e repressão para a manutenção da ordem.

Para Florestan, a estreita margem de manobra da burguesia brasileira (“acuada” entre as imposições do imperialismo e as pressões internas dos “de baixo”) a impediria de adotar a via da “democracia de cooptação” como saída do impasse. No momento de sua análise, ele afirma que

“parece fora de dúvida que as classes burguesas mais conservadoras e reacionárias considerarão exagerado o preço que terão que pagar à sobrevivência do capitalismo dependente, através da democracia de cooptação”, [concluindo que] “não padece dúvida de que as contradições entre a aceleração do desenvolvimento econômico e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, ‘dentro da ordem’, não pela atenuação, mas pelo recrudescimento do despotismo burguês” (*Idem, ibidem*, p. 365).

A trajetória do Partido dos Trabalhadores e a construção de seu projeto de poder estão organicamente inseridas na dinâmica deste processo histórico. A tese subjacente à estratégia democrático-popular que serviria de base ao projeto de poder original do PT é fundada na interpretação de que, no contexto sociedade brasileira, o desenvolvimento da democracia e o desenvolvimento do capitalismo seriam inconciliáveis, o que coincide com a interpretação de Florestan⁵. O caráter autocrático do poder burguês e sua relação com o imperialismo ofereceriam – por determinação negativa – a legitimidade para a luta por reformas, na medida em que a suposta resistência da burguesia em absorver as demandas populares teria um papel “didático” no processo de formação da consciência de classe em direção à compreensão da necessidade da ruptura revolucionária.

Com isso em tela, fica mais fácil observar o que vai escrito nas resoluções do V Encontro do PT (1987), onde consta que o partido

“rejeita a formulação de uma alternativa nacional e democrática que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional, nessa formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo” (Almeida, J.; Vieira, M.A.; Canceli, V., 1997, p. 322).

A identidade programática do PT, naquele momento, é definida por uma formulação em que, mediante a negação da tese etapista do PCB, afirma-se a independência de classe como núcleo estruturador da estratégia política. Combinando o reconhecimento da existência de “tarefas democráticas em atraso”

⁵ “(...) a era em que se podia conciliar democracia com o desenvolvimento maduro do capitalismo pertence à história. A expansão da democracia traz consigo ondas sucessivas de reformas anticapitalistas e, no ápice, a transição para o socialismo” (FERNANDES, 2011, p. 221).

com a perspectiva da independência de classe, esta formulação dispensa a burguesia de qualquer papel político protagônico na realização do projeto de poder.

Esta ideia, contudo, iria sofrer importantes alterações ao longo dos anos. A dissolução do bloco socialista e a regressão capitalista do Leste Europeu no final dos anos 1980 tiveram um impacto avassalador na fundamentação do horizonte socialista adotado pela estratégia inicial. A “reestruturação produtiva”, que significou a precarização das condições de trabalho que chega ao Brasil ao longo dos anos de 1980 e 1990, impacta a força do movimento operário independente e, aos poucos, provoca a fragmentação das lutas sociais, o que dificulta mobilizações unificadas/articuladas. A crise econômica, social e política que se expressava no Governo Sarney gerou a expectativa de que fosse possível ao PT chegar ao governo federal antes do que previa a tese do “acúmulo de forças”.

Apesar das derrotas de Lula em três eleições presidenciais consecutivas, o PT conseguiu, durante os anos 1980-90, ocupar cadeiras parlamentares nos três níveis administrativos (câmaras municipais, assembleias legislativas e congresso nacional), bem como foi alçado aos postos de governo de várias prefeituras municipais e de algumas unidades da federação. Isso produz uma contradição no interior da estratégia formulada inicialmente, o que provoca um giro programático⁶, que será consagrada no XII Encontro Nacional (2001), onde se lê:

“Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover uma ampla inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nestas condições, não se beneficiarão do novo contrato social. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo” (PT, s/d, p. 39).

A necessidade de ampliação de alianças impacta não apenas a tática, mas também a estratégia. Uma interessante operação teórica introduzida sub-

⁶ As enormes dificuldades colocadas na frente de maior enfrentamento com os setores dominantes (lutas sindicais e lutas do campo) associadas aos sucessos progressivos das performances eleitorais do partido geraram uma contradição entre os dois “braços” que anteriormente constituíam a unidade da estratégia democrático-popular. Dois interesses passam a se chocar constantemente: o daqueles que tinham a função de, pelas lutas de massas, pressionar de baixo para cima o Estado para implementar as reformas democráticas; e o de uma camada burocrática que se formou a partir da ocupação dos espaços da institucionalidade e que também se especializou na gestão do aparelho do partido.

repticiamente dá suporte ao giro programático: a da separação de maneira dualista entre “capital produtivo” e “capital financeiro”. Esta perspectiva confunde o conteúdo conceitual do termo “capital financeiro” com aquilo que usualmente entende-se como “capital especulativo” ou, mais precisamente, àquilo que Marx, no livro 3 de *O Capital*, definira como “capital fictício”. Sabemos que Rudolf Hifelding (1877 – 1941), em seu *O Capital Financeiro*, de 1910, já demonstrara que o capital financeiro era uma nova forma do capital, resultante da fusão ocorrida, desde o final do século XIX, entre o capital industrial e o capital bancário. Posteriormente, Lênin se fundamentará nesta concepção para demonstrar que os processos de concentração e centralização do capital seriam as características básicas do Imperialismo, identificado por ele como uma nova fase da organização do capital que tem no caráter monopolista um dos seus traços fundamentais.

A contemplação dos “empresários produtivos de qualquer porte” no leque de setores cujos interesses seriam atendidos pelo “novo pacto social” proposto pelo programa do partido está inserida em uma lógica de dar “previsibilidade para o capital produtivo”, para a construção de um processo de desenvolvimento econômico gerador de divisas que poderiam, a partir daí, ser usadas para políticas de distribuição de “renda, riqueza, poder e cultura”. A crítica à tese da *etapa democrático-nacional* do PCB (porque envolvia uma aliança com a burguesia nacional) reaparece, agora, de outra forma, pois não se trata mais de uma aliança provisória para a construção do socialismo (como era na formulação original dos comunistas), mas uma aliança duradoura para a construção de um projeto neodesenvolvimentista.

O tema do “neodesenvolvimentismo” passou a ser (re)discutido, especialmente a partir dos anos 2000 e particularmente na América Latina (RIDENTI, 2009). Se pudéssemos resumir os aspectos político-econômicos principais abrigados no prefixo “neo”, destacaríamos que, diferentemente do desenvolvimentismo clássico: 1) embora apresente um forte foco em políticas industriais, o neodesenvolvimentismo se acomoda bem no modelo agroexportador, pois vê no agronegócio um grande aliado na provisão de divisas externas (daí porque a reforma agrária não tem centralidade, diferentemente do que ocorria no desenvolvimentismo clássico); 2) não se tematiza a deterioração dos termos de troca, o protecionismo nacionalista é rechaçado, propõe-se o estreitamento de

vínculos com as empresas transnacionais e, portanto, a relação “centro-periferia” não aparece mais no centro do problema teórico e político a ser resolvido; 3) o projeto neodesenvolvimentista espera que o desenvolvimento do mercado interno alavancado pelo aumento do consumo resolva paulatinamente o problema da pobreza; 4) não questiona os pilares de liberalização econômica, fundamentando-se mais em políticas macroeconômicas do que em transformações estruturais, buscando, portanto, combinar elementos do neoliberalismo com maior regulação estatal (KATZ, 2014, s/p).

O desenvolvimento da estratégia democrático-popular foi se efetivando no interior deste amplo contexto de mudanças conjunturais. E, do ponto de vista político, mediante a elevação ao governo de um setor que nasce da classe trabalhadora em seu processo de luta e que, sofrendo um posterior processo de metamorfose, constrói a partir de outros parâmetros políticos e econômicos um projeto de poder, no qual arvora para si o papel de, *em nome da classe trabalhadora*, negociar com a burguesia o pacto social que, sob o plano de uma melhora relativa e conjuntural das suas condições de vida, acaba, ao contrário, por agir no sentido de tentar resolver os problemas de hegemonia que faltavam à consolidação do poder burguês no país após o fim da ditadura militar e, posteriormente, os problemas sociais derivados do programa neoliberal dos anos 1990.

Considerações finais

Para compreender este processo, lançamos mão das reflexões de Gramsci sobre o fenômeno do transformismo, descrito por ele no contexto do *Risorgimento* italiano. Segundo ele,

“(…) pode-se dizer que toda a vida estatal italiana, a partir de 1848, é caracterizada pelo transformismo, ou seja, pela elaboração de uma classe dirigente cada vez mais ampla, nos quadros fixados pelos moderados depois de 1848 e o colapso das utopias neoguelfas e federalistas, com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo” (GRAMSCI, 2002, p. 63).

O transformismo é um fenômeno que, mediante a cooptação de setores que dirigiam as lutas dos “subalternos”, tem como consequência a exclusão destes do protagonismo nos processos de transformação social. É, portanto, um fenômeno que denota uma síntese instável entre o “velho” e o “novo”, na qual as classes dominantes precisam fazer concessões às demandas dos subalternos, mas dentro dos limites de conservação das velhas estruturas que dão sustentação ao seu poder e seus privilégios. A instabilidade decorrente deste processo reflete na condução do Estado: detentora orgânica e estrutural do poder político estatal, a classe dominante teria que ser a dirigente deste processo para poder fazer as concessões com cautela, num contexto que está cada vez mais presente a participação política dos subalternos.

Esta instabilidade daria duas opções à ordem vigente: recrudescimento de uma “ditadura sem hegemonia” ou a “construção da hegemonia”, para retomar, em outras palavras, o sentido do diagnóstico de Florestan Fernandes registrado acima. Para esta segunda alternativa, não pode ser a própria classe dominante a executora direta da sua dominação na direção do Estado. Mas pra que esta direção fique a cargo dos representantes dos subalternos, é necessário que eles passem por um processo de transformismo, de moderação política, pois os pilares fundamentais da ordem burguesa precisam ser mantidos. A novidade deste tipo de hegemonia é que ela produzida a partir do momento em que a modernização burguesa é dirigida por representantes dos subalternos, que administram as concessões nos limites que não contradigam o projeto maior de viabilização do desenvolvimento capitalista. Assim, o papel do Partido dos Trabalhados no período em tela, ganha relevância para compreensão da organização do Estado e do poder político no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, J. ; VIEIRA, M.A.; CANCELI, V. **Resoluções de Encontros e Congressos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Diretório Nacional do PT, 1997.

DEL ROIO, M. Gramsci e a Emancipação do Subalterno. **Revista de Sociologia Política**. N. 29. Novembro, 2007, pp. 63-78.

FERNANDES, F. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** Ed. 2. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Brasil: em compasso de espera.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 60.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Edições Graal: Rio de Janeiro, 1978.

KATZ, C. In: IELA UFSC. (2014, Junho 18). XIX ENEP - Painel I - O Neodesenvolvimentismo em questão. [Arquivo de Vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wOFgTTeIjd8&list=UUmXAhnYEOUvdydX-UH9YM6Q>. Acesso em: 08/09/2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do XII Encontro Nacional.** Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/uploads/resolucoes-xii-encontro.pdf>. Acesso em 15/09/2014.

PERRUSO, Marco Antonio. **Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980.** São Paulo: Annablume, 2009.

RIDENTI, M. Desenvolvimentismo: o retorno. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 92, 2009.

SCHELESENER, Anita Helena. **Hegemonia e Cultura: Gramsci.** Ed. 3. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.